

ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA E AS REDES DE CONTATOS DE ANTONIO RIBEIRO SANCHES (1699-1783)

FONSECA, RAFAEL DE LIMA¹

RESUMO

A compreensão da modernidade ilustrada portuguesa passa pelo crivo da análise do papel desempenhado pelos *Estrangeirados*. O trabalho a seguir sistematiza criticamente os escritos de António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783), *estrangeirado*, no seu papel de crítico ao Estado Absolutista e à Igreja concernente à educação dada aos povos e a nobreza. Visava, enfim, uma reestruturação social através do aprimoramento das “virtudes sociais”. Para tal empreendimento empregamos a metodologia de análise quantitativa das fontes, baseada numa discussão e comparação.

Palavras-chave: Modernidade, Iluminismo, Portugal, Antônio Ribeiro Sanches.

ABSTRACT

The understanding of Portuguese enlightened modernity passes through the analysis of the role played by the Foreigners. The following work critically systematizes the writings of António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783), foreigner, in his role of critic to the Absolutist State and to the Church concerning the education given to the peoples and nobility. Finally, it aimed at a social restructuring through the improvement of the "social virtues". For this project, we used the methodology of quantitative analysis of the sources, based on a discussion and comparison

Key words: Modernity, Enlightenment, Portugal, Antônio Ribeiro Sanches.

¹ Aluno do Curso de História da Universidade Federal de Uberlândia.

INTRODUÇÃO

Em Dezembro de 1783 era lançado mais uma edição da *Berlinischen Monatsschrift*. Dentre seus vários artigos, encontramos um específico contra o casamento civil. Johann Friedrich Zöllner, pastor e autor do artigo, indaga-se sobre a confusão criada nas cabeças dos homens, “sob a égide do Esclarecimento”, ao incutir-lhes a ideia do casamento civil, pois o casamento era até então compreendido, aceito e concebido apenas em âmbito religioso. Sem adentrarmos nas questões pormenores do citado artigo, interessa-nos uma singela observação feita por Zöllner em uma nota de rodapé, em que perguntava discretamente: “O que é esclarecimento?”

Quando em 1783, Zöllner, um simples pastor, indaga-se sobre o “esclarecimento” (*aufklärung*) podemos notar um certo desconforto, pois na mesma nota prossegue: “Esta pergunta deveria, porém, ser respondida antes que começássemos a nos esclarecer! E, todavia, não a encontrei respondida em lugar algum”²

Consequentemente vieram respostas a essa pergunta, seja diretamente direcionada a ela ou indiretamente, no afã de sintetizar um momento histórico singular, novo e original. Podemos encontrar Moses Mendelssohn e Immanuel Kant, que trataram da questão. Kant dizia que o *esclarecimento* é a saída do “homem de sua minoridade, minoridade essa a qual ele se inseriu por sua própria culpa”³; Mendelssohn associava o *esclarecimento* à capacidade de se “relacionar com o teórico, com o conhecimento racional (objetivamente) e com a habilidade para a reflexão racional sobre as coisas da vida humana (subjetivamente), de acordo com sua importância e influência para os propósitos humanos.”⁴ Tanto Mendelssohn quanto Kant estavam certos da capacidade humana condicionada pela razão do conhecimento do mundo e de si.

Era o ano de 1783 quando a questão foi colocada, a Europa há algumas décadas, – principalmente na Alemanha, França e Inglaterra – passava por transformações político-sociais que devem ser compreendidas para além de uma mera saída da minoridade ou capacidade de conhecimento. Ainda que Kant e Mendelssohn tenham elucidado sinteticamente bem um conflito que é ao mesmo tempo objetivo e subjetivo, por tratar de

² A citação e a ideia desse parágrafo introdutório devo a uma brevíssima introdução sem autoria encontrada em: KANT [et all]. *O que é esclarecimento?* Rio de Janeiro: Vila Verita, 2011.

³ KANT [et all]. *op. cit.*, p. 23. Sobre a minoridade, Kant explica: “Menoridade é a incapacidade de se servir de seu próprio entendimento sem a condução de outrem” *Idem. Ibidem*. Kant ao fazer essa afirmação, faz referência ao período em que o homem se encontrava crente no condicionante divino sobre si, sobre o mundo e sobre a história.

⁴ KANT [et all]. *op. cit.*, p. 16.

questões de conhecer objetivamente às questões internas sobre o conhecimento de Deus. O fato de Zöllner ter-se feito tal pergunta e as consequentes respostas colocam um ponto nodal sobre o movimento do Iluminismo, convergindo suas frentes políticas, suas intenções e as consequências dessas implicações sobre a Europa. O movimento da Ilustração modificou sistematicamente o espaço cultural, político e social Europeu – basta por ler nas entrelinhas de Zöllner a laicização da sociedade ao levar o casamento da Igreja ao Estado e também, mas não somente, o contínuo percurso ao esclarecimento individual, social e do Estado. E talvez continue a modificar.⁵ E não é ilícito dizer que se um pastor berlinense em fins do século XVIII se colocou tal pergunta é porque sentiu as consequências e as mudanças provocadas pelo “esclarecimento”.

Desta feita, os conceitos que hoje conhecemos como: “esclarecimento”, “ilustração”, “iluminismo”, são parte de um mesmo movimento de ideias e de ações políticas arrazoados na premissa da razão.⁶ As terminologias são sinônimas, nos seus originais, apenas indicam o lugar onde se fala, o que confere ao movimento do Iluminismo um caráter supranacional, não apenas confinado à Alemanha.

Buscaremos, em contrapartida, perceber qual foi a principal inovação conquistada pelos homens do Iluminismo, a opinião pública. Nela se deu todo espaço necessário para as discussões de ideias, propostas, críticas. O uso da razão se alastrou com a opinião pública. Nossa discussão sobre o Iluminismo versará sobre esses temas com o apoio de duas obras escolhidas dentre a imensa gama de autores que trabalham o tema, são elas: Reinhart Koselleck e Gertrude Himmelfarb.⁷

Reinhart Koselleck propõe que o Iluminismo deve ser vislumbrado como um desenvolvimento do Absolutismo, o momento em que o foro interior do homem se deixa mostrar; a razão é guia, e o racionalismo, o apanágio do “século das luzes”.⁸ A obra desse autor tem por novidade apontar a ascensão de um domínio público, além da discussão aprofundada do movimento das ideias políticas. O livro oferece margem para a abertura de um campo de debates interessante quando nos remete à sua visão do iluminismo e também sobre a metodologia de análise das fontes. O movimento iluminista, segundo Koselleck, é um

⁵ FALCON, Francisco J. C. Iluminismo. 4 ed. São Paulo: Ática, 1994, p. 7 (série Princípios)

⁶ *Idem.*

⁷ KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise*. Rio de Janeiro: UERJ/Contraponto, 1999; HIMMELFARB, Gertrude. *Os caminhos para a modernidade: os iluminismos britânico, francês e americano*. São Paulo: É Realizações, 2011.

⁸ KOSELLECK, Reinhart. *op. cit.*, p. 9

desdobramento do Absolutismo, “no início como sua consequência interna, em seguida como sua contraparte dialética e como o inimigo que preparou sua decadência.”⁹

MATERIAIS E MÉTODOS

Durante a pesquisa priorizamos a análise do texto de Ribeiro Sanches “Carta a Joaquim Pedro de Abreu”; A metodologia versou sobre a leitura qualitativa das fontes e dos livros de apoio. Pretendemos organizar a urdidura dessa carta a partir do lugar social que está inserido o autor, que chamamos de “rede de contatos.”

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Antônio Nunes Ribeiro Sanches foi um dos letrados que assumiu um posicionamento crítico em relação à tradição aristotélico-tomista vigente em Portugal.¹⁰ Suas obras, principalmente, as que versavam sobre ciências situam a sociedade portuguesa como um “Reino cadaveroso”¹¹. Apesar desse aspecto, há outros elementos que podem ser problematizados no conjunto de sua obra, principalmente em relação aos conceitos que o autor mobiliza para interpretar a sociedade portuguesa, quando vivia em outro contexto.

Sanches, como o clérigo Luís António Verney, é considerado pela historiografia como um *Estrangeirado*, que contribuiu para o Reformismo Ilustrado em Portugal. Sua obra, entretanto, permanece pouco discutida.

Na historiografia portuguesa pode se destacar o estudo da Ana Cristina de Araújo, o qual salienta o pensamento reformista de Ribeiro Sanches e mostra a rede de relações em que ocorriam os intercâmbios de apontamentos entre Ribeiro Sanches e a corte portuguesa. A autora percebe que no escol intelectual português dos setecentos, Ribeiro Sanches partilhava de “um certo espírito de solidariedade, de ‘exílio’, reforçado na maior parte das vezes por significativas afinidades teóricas e doutrinárias”¹² Antes mesmo das reformas pombalinas, por indicação de Ribeiro Sanches, livros de medicina e filosofia moderna chegaram à biblioteca

⁹ *Idem.*

¹⁰ Cf. DOMINGUES, Beatriz Helena. *Tradição na modernidade e modernidade na tradição: a modernidade ibérica e a revolução copernicana*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1996.

¹¹ A metáfora de Portugal como “Reino cadaveroso”, enunciada por Ribeiro Sanches, pode ser compreendida por um olhar mais atento ao contexto, meados do século XVIII. Refere-se ao atraso português frente os demais países europeus, no que toca ao conhecimento científico de modo geral.

¹² ARAÚJO, Ana Cristina. *Ilustração, pedagogia e ciência em Antônio Nunes Ribeiro Sanches*. Revista de História e teoria das ideias. Revoltas e revolução, Coimbra. Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, v. 6, 1984. p. 377

joanina. A questão intelectual em Ribeiro Sanches, segundo Araújo, tem todo fundo e conteúdo baseado na positividade metodológica newtoniana que “reintroduz, no espaço intemporal das operações do espírito, a necessidade de um rigor geométrico”.¹³ Outros pontos tratados pela autora são a questão do exílio, o anticlericalismo, as contradições religiosas, as influências de pensadores ingleses e, por fim, a natureza e aplicação das reformas educacionais.

Ribeiro Sanches é comumente colocado na galeria dos *Estrangeirados*. Por estes entendem-se os letrados, a maioria de origem judaica, que saíram de Portugal expulsos ou por vontade própria na busca por aprimorar seus conhecimentos científicos. Deram início a um “movimento contínuo” de crítica às questões portuguesas no tocante ao arcaísmo que a península se encontrava em face aos demais países da Europa (França, Inglaterra e Rússia).¹⁴ Ademais, combatiam no nível das ideias contra a estagnação, o atraso e força católica sobre a política e as universidades. Eram os “*estrangeirados*” um grupo heterogêneo, encontramos aristocratas, clérigos, homens ligados à ciência, dentre eles médicos, boticários entre outros.¹⁵

Tiago C. P. dos Reis Miranda¹⁶, em um artigo sobre essa questão, traça as discussões dos historiadores sobre esse conceito e as contradições pertinentes entre a ideia a que remete o conceito e as reais proposições dos “*estrangeirados*”. Segundo o autor, em Portugal, entre 1920 e 1950 – nos estudos de António Sérgio e Jaime Cortesão –, o termo foi primeiramente usado de forma singular, e representava somente a vontade em elogiar um espírito liberal, a novidade de ideias, nesses homens da Ilustração. Posteriormente, segundo Miranda, António Coimbra Martins, de maneira mais ampla, sugeriu que Portugal devia suas melhores realizações aos *estrangeirados*. Há na historiografia uma visão constante sobre os estrangeirados, sem uma crítica pertinente a utilização do conceito, escreve: “é norma! que ele [o estrangeirado] desperte a imagem de uma Lisboa que se tornava decadente – ‘contemplativa’ e ‘beata’ –, fomentando uma enorme hostilidade em relação à Europa de além-Pirineus.”¹⁷ Predomina essa perspectiva historiográfica que continua a colocar os estrangeirados como a vanguarda intelectual da ilustração portuguesa, a vanguarda das novas e reformadoras ideias.

¹³ *Ibidem*, p. 382.

¹⁴ Cf. NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. (1ªed. 1979) 2ª ed. São Paulo, Ed. Hucitec, 1983; FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina (política econômica e monarquia ilustrada)*. São Paulo: Ática, 1982.

¹⁵ ABREU, Jean Luiz Neves. *Nos domínios do corpo: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII*. 1. Ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2011, p. 32.

¹⁶ MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. “*Estrangeirados*”: A questão do isolacionismo português nos séculos XVII e XVIII. *Revista de História*, n.123-124, pp. 35 70, 1991.

¹⁷ *Ibidem*, p. 36.

Parece haver uma necessidade dos “estrangeirados” na historiografia portuguesa, que atravessou o século XX, pois foram neles em que se depositaram uma certa esperança de transformação social; foram neles que se basearam as correções necessárias a Portugal. Os “estrangeirados” são, dessa forma, uma saída possível, um sonho necessário, a possibilidade de fuga do atraso, da estagnação, que só existem dentro de um quadro comparativo e estrutural.

Dessa perspectiva, os estrangeirados ganham um *apelo* político e social forte dentro de uma historiografia liberal, que tem de fundo uma intenção transformadora da esfera política e social; seria uma leitura liberal dos estrangeirados. Ora, tal entendimento sobre o movimento limita as possibilidades de análise, além de circunscrever os estrangeirados dentro de contornos interpretativos.

Em Ribeiro Sanches, pretender uma interpretação liberal, culminará num distanciamento completo de sua obra. Não obstante, lemos que Jaime Cortesão o coloca como um dos estrangeirados que perdeu todo o senso de realidade da península ao passar mais de trinta anos fora de Portugal.¹⁸

Jaime Cortesão afirma que Ribeiro Sanches,

cerca de 1759, escrevia as suas Cartas, vivia há mais de trinta anos no estrangeiro. Residira longamente em Inglaterra, na França, na Holanda, na Itália, na Rússia. Hebreu de sangue e estrangeirado pela demorada formação, e renovação intelectual nesses países, ele não compreendia nem podia compreender o seu país de origem. E o que sucedia com ele, acontecia com muitos outros estrangeirados.

Quando apelidava o governo português de 'Monarquia Gótica' (no sentido de bárbara e antiquada) por não subalternizar bastante as suas colônias, julgava estreitamente Portugal pelo critério racionalista e friamente utilitário, que então dominava na Europa para além Pirineus. Mostrava-se incapaz de descortinar os valores morais e espirituais, específicos, a que obedecia a nação. Certamente, Portugal menosprezava, com dano próprio, as atividades agrícolas e comerciais, que outrora haviam criado uma burguesia, capaz de influir e tonificar a política nacional. A crítica nesse ponto era certa. Pecava apenas por carência. Em Portugal, acima dos interesses do comércio e dos cálculos da burguesia, embora por vezes coincidindo com eles, haviam prevalecido sempre outros valores: uma fé religiosa, estreitamente fundida com a fé política da nação."¹⁹

¹⁸ MIRANDA, Thiago C. P. Reis. *op. cit.*, p. 38.

¹⁹ *Ibidem*, p. 38-39.

Dessa forma, não basta que estejam os estrangeirados exilados, divagando sobre sua pátria, deve haver nos estrangeirados algo vivo de Portugal. A desconfiança de Cortesão em relação à Ribeiro Sanches não representou numa mudança de foco nas análises sobre os estrangeirados, pelo contrário, o que ocorreu, pelo menos em relação a Ribeiro Sanches na Historiografia luso-brasileira, foi que seu nome continua a ser celebrado como um dos homens de letras mais instigantes devido aos seus discursos críticos e inflamados, ficando abaixo apenas de Luís António Verney. De acordo com Thiago Miranda, o que falta é uma análise crítica aprofundada de cada autor estrangeirado. Análises de caráter biográfico e pensar a obra de cada um por eles mesmos. Colocar em dúvida a ideia de novidade transformadora que vem incutida ao conceito.

Jaime Cortesão, apesar de tudo, não foi um crítico dos “estrangeirados”, as contradições ficaram apenas no nível da constatação e nunca foram objeto de análise. Havia, segundo Miranda, um entusiasmo muito grande para com eles por serem tidos como “‘percursores’ do espírito liberal”²⁰.

Dentro da historiografia portuguesa, o debate entre António Sérgio e Jaime Cortesão definiu os rumos interpretativos sobre os estrangeirados, pelo menos até o final do século XX. António Sérgio tinha a intenção de analisar a crise moral de Portugal, assim, o resgate dos estrangeirados é a própria fundamentação histórica de que havia tal crise. A resposta estaria no estrangeiro. Jaime Cortesão, por sua vez, fez várias ressalvas aos apontamentos de António Sérgio, mostrando as contradições de pensamento, mas no fundo manteve a ideia de que eram um grupo de intelectuais engajados nas mudanças sociais necessárias para alavancar Portugal. E persiste na historiografia tanto portuguesa quanto brasileira essa noção pré-julgada de que era um grupo que trazia consigo uma novidade.²¹

Conforme observam Ana Carneiro, Maria Paula Diogo e Ana Simões o conceito de *estrangeirado* sempre carregou uma conotação adjetivada pendendo ora para o positivo ora para o negativo. As autoras, a partir de meados da década de 1990, em suas pesquisas na área da História das Ciências, perceberam que a redução do conceito a uma categoria, seja ela histórica, política, social ou cultural não deixava transparecer as contradições internas de

²⁰ *Idem.*

²¹ Basta por citar os dois maiores historiadores português da virada do século XX: Jaime Cortesão e António Sérgio: o primeiro responsável por renovar a historiografia portuguesa em termos metodológicos, ligando-se a escola dos *Annales*; Sérgio era um importante historiador e ensaísta, fundador da revista *Seara Nova*, responsável por fazer frente a ditadura de Salazar. Ver: CORTESÃO, Jaime. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid. (1ª ed. 1950) Lisboa, Livros Horizonte. 1984; SÉRGIO, António - O Reino Cadaveroso e o problema da cultura em Portugal. In: Ensaios. T. II. s/d. In: MIRANDA, Thiago C. P. Reis. *op. cit.*

pensamento de todos os autores denominados e alocados como *estrangeirado*. Suprimia a individualidade de pensamento de cada um.²²

Assim, chegaram à conclusão que o termo prevalece e subsiste, mas não como uma generalização *a priori* nem como uma redução a uma identidade individual, “mas [como] um seguimento da malha de canais de difusão que se propõe integrar Portugal num novo corpo cognitivo e epistemológico.”²³ Nesse sentido, as autoras apontam que a questão dos *estrangeirados*, o laço que os unia, deve ser compreendida fora do escopo da economia, da política, da educação e das ciências.

Interessa-nos pensar nesse “seguimento da malha de canais de difusão” e como Ribeiro Sanches se integra a ele, isto é, como o nosso autor está conectado nessa rede epistemológica. Para que adentremos nesse seguimento faz-se necessário percorrermos os trajetos de Ribeiro Sanches tanto geográficos quanto intelectuais. As influências, os contatos, o lugar, são fatores importantes para compreendermos a formação da visão cosmopolita em Ribeiro Sanches.

Após essa exposição sobre o Iluminismo, a ascensão da esfera pública e o fenômeno do *estrangeirado*, voltarei minha atenção para outra perspectiva de análise colocada por Gertrude Himmelfarb. Em Koselleck, vemos uma interpretação que visa compreender o uso da razão como resultado germinal do absolutismo: uma dialética da razão, crítica e conseqüentemente crise do sistema político e da moral. O movimento do Iluminismo seria, assim, um movimento de crítica – no uso da razão e da esfera pública – à moral primeiramente e à política. Himmelfarb, apesar de aparentemente não ter lido a tese de Koselleck, concorda com essa questão, mas apenas em âmbito francês. Para a autora, o movimento Iluminista se apresenta de duas formas: uma vertente que intentava a manutenção do Estado monárquico e priorizava nos seus apontamentos críticos apenas aprimorar a “virtude social”. Encontramos esse segmento na ilustração britânica. Outra corrente propõe de forma direta dizimar o Estado e construir algo novo, possuindo assim um caráter puramente revolucionário. Himmelfarb discute que na ilustração britânica a razão não é o elemento determinante para o progresso, mas sim a questão do aprimoramento da virtude social. Escreve:

foi ‘virtude’, mais do que ‘razão’, que teve primazia no Iluminismo britânico; não a virtude pessoal, mas as ‘*virtudes sociais*’ – compaixão,

²² Cf. CARNEIRO, Ana; DIOGO, Maria Paula; SIMÕES, Ana. *Imagens de Portugal Setecentista: Textos de Estrangeirados e viajantes*. Penélope. 2000, p. 74.

²³ *Idem*.

benevolência, simpatia –, que, assim como acreditavam os filósofos britânicos, natural, instintiva e habitualmente unem as pessoas (grifos nossos).²⁴

Essa particularidade do iluminismo inglês pode ser um dos fatores essenciais para a compreensão do pensamento de Ribeiro Sanches. Residindo ali, Sanches teve contato com essas novas cosmologias de caráter mais altruísta. No Iluminismo britânico, há uma pormenorizada atenção aos aspectos da vida social e às relações entre os súditos.

A virtude, para os filósofos morais britânicos, tinha vantagens sobre o empirismo materialista, pois era uma forma de libertação por contribuir aos interesses próprios, ao prazer e à evasão da dor. Segundo Himmelfarb, na Inglaterra não houve *philosophers*, mas sim filósofos morais, os quais davam demasiada atenção aos assuntos metafísicos sobre a virtude. Há, a partir de Locke, uma discussão intensa sobre as origens da virtude, sobre o inatismo e empirismo de tais virtudes, a qual se alongou por todo o século XVIII. Apesar das discussões, a questão do “senso moral”, isto é, a benevolência, a compaixão, a simpatia, a solidariedade, a afeição natural pelos outros, era vista por todos os filósofos britânicos como um atributo natural e universal do homem, e que tal senso moral antecedia à razão.²⁵

Assim, esse pressuposto de “senso moral” anterior a razão abre margem para interpretarmos que os ingleses não consideravam a razão capaz de fornecer incentivo à virtude ou prevalecer sobre as vontades e as paixões. Para Himmelfarb, os ingleses viam no senso moral, a possibilidade de correção dos vícios particulares e conseqüentemente dos vícios dos súditos. A razão era vista como subversiva “buscando um futuro ideal, que desprezava as deficiências do presente, para não dizer nada do passado – e desdenhava também das crenças e práticas dos incultos e plebeus”. Por sua vez, os filósofos morais foram “muito mais reformistas”, respeitando o passado e o presente, almejando o esclarecimento.²⁶

Desta feita, as questões apontadas acima tanto as que se referem à exteriorização do foro interior como as que situam uma primazia da “vontade moral” sobre a razão – determinante do progresso – são observáveis nos escritos de Ribeiro Sanches. Quando escreve sobre as regras para fundar-se uma universidade Real, Sanches deixa claro que uma universidade não deve ter um fim em:

formar um Matemático, um Médico, e um Jurisconsulto, destituídos das virtudes morais, e daquele amor do bem comum; isso seria empregar o

²⁴ HIMMERFALB, Gertrude. *op. cit.*, 17.

²⁵ *Ibidem*, p. 50.

²⁶ *Ibidem*, p. 72.

Estado tantos cabedais e tanto cuidado, para servir-se de homens mercenários, ou de tantos oficiais que têm só por objecto o lucro do seu saber e da sua indústria.

O fim último deve ser:

formar a mocidade ingénua do Estado, de tal modo que sejam capazes de servir a pátria no tempo da paz e da guerra, e tão virtuosos que pelo seu bom proceder e exemplo, comuniquem aos povos as virtudes sociáveis e cristãs, adquiridas pela imitação, e pelo ensino dos Magistrados da Universidade, e dos seus Lentes.²⁷

A moral é um fator elementar na obra de Ribeiro Sanches. Como se verá mais adiante, o nosso autor passou mais de quarenta anos fora de Portugal. Ao exilar-se em 1727, apesar da distância, nunca deixou de refletir sobre os problemas em sua pátria, através de apontamentos e reformas. Sanches se insere no contexto da emergente opinião pública ao criar uma ampla rede de contatos por quase toda a Europa e também ao utilizá-la como meio de difusão dos seus apontamentos. Notemos: uma opinião pública feita alhures. Além disso, interessa-nos, também, pensar nos filósofos morais ingleses como influência continua nas construções das críticas, como se verá. Percebemos uma nítida influência desses iluminismos nos seus escritos: a questão newtoniana que permeava sua visão de mundo somado aos apontamentos críticos a Portugal são perspectivas que percebemos ser britânicas, na sua manutenção do Estado, e francesas, na premissa racionalizante dessa manutenção. Não se atinge uma maioria sem reorganizar as relações entre os súditos e entre estes e o Estado.

Em Sanches antevemos uma vontade moral, uma atitude para com o Estado, escreve:

as máximas da vida virtuosa e civil, (de que devem ser o segundo objecto desta Universidade [a que ele propõe ao Soberano criar]) não se apreende a força de *Missões*, de *Novenas*, nem de *Práticas espirituais*: só as Leis e os estatutos da Universidade bem observados, e executados por Magistrados prudentes e virtuosos, cidadãos com família, ou em estado de a ter, poderão inspirar no ânimo dos Estudantes estas virtudes adquiridas pelo ensino, pela sujeição, e pelo exemplo dos superiores e dos seus Lentes.²⁸

²⁷ SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Apontamentos para fundar-se uma Universidade Real na cidade do Reino que se achasse mais conveniente*. Covilhã-Portugal: Universidade de Beira Interior, 2003. Disponível em <http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches_obras/>. Acesso em: 12 set. 2010.

²⁸ SANCHES, Antônio Ribeiro. *Método para aprender e estudar a Medicina*. Covilhã-Portugal: Universidade de Beira Interior, 2003. Disponível em <http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches_obras/>. Acesso em: 12 set. 2010.

Já encontramos uma submissão a Lei, que é uma submissão à ordem, ao direito. Temos, também, uma atitude moral contra a Igreja quando desta nos domínios da educação. Diante desse quadro, o que podemos encontrar é um Sanches que tenta racionalizar a ordem social portuguesa ao colocar cada instituição política e social em separado, exercendo funções específicas.

No desenvolvimento que se segue, o leitor perceberá que não se pretende uma biografia de Ribeiro Sanches, pelo contrário optamos por traçar a vida intelectual do nosso autor, partindo necessariamente dos lugares em que residiu após sua partida de Portugal. Dessa forma, priorizaremos as suas relações pessoais e os contatos com intelectuais.

Antônio Nunes Ribeiro Sanches nasceu na pequena vila de Penamacor, em 7 de Março de 1699. Pertence ao movimento de letrados portugueses que praticaram suas atividades no estrangeiro, movimento denominado pela historiografia de Estrangeirados. Pulula nos seus textos de imediato a tentativa de intervir intelectualmente na cultura portuguesa, através de reformas científicas, sociais e educacionais. Ribeiro Sanches era filho de Simão Nunes, sapateiro e comerciante e de Ana Nunes Ribeiro, uma família de cristãos novos bastante numerosas na época, devido à obrigatoriedade de conversão ao cristianismo, mesmo que as convicções judaicas não fossem praticadas pela maioria²⁹. Ainda jovem, Sanches, se tornou um entusiasta das letras.

Para a discussão das redes de relacionamentos de Ribeiro Sanches em Portugal, em França e em Rússia, utilizarei a dissertação de Ricardo C. de Freitas³⁰. Por motivos de escassez de obras para consulta, a ênfase na dissertação será por vezes demasiada, mas não tirará o caráter verossímil da monografia. Freitas traça pormenorizadamente os círculos de atuação e correspondência de Sanches, para evitar citações indiretas e de segunda mão, decidimos por citar apenas os escritos de Freitas, que consegue muito bem sintetizar as obras de apoio.

Entre os anos de 1716 e 1718, Ribeiro Sanches foi aluno da Universidade de Coimbra, onde frequentou o Colégio de Artes, ainda sob a tutela da Companhia de Jesus.³¹ De acordo

²⁹ Sobre a questão judaica em Portugal Cf: SARAIVA, José Antônio. *Inquisição e cristãos-novos*. Editorial Imprensa, 1985; BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond. *Uma estranha diáspora rumo a Portugal: Judeus e Cristãos-novos reduzidos á fé católica no século XVII*. Disponível em < <http://sefarad.revistas.csic.es/index.php/sefarad/article/download/558/656> >. Acesso em 23 de Março de 2012.

³⁰ FREITA, Ricardo Cabral de. *O físico e o moral na dissertação sobre as paixões da alma (1753) de António Ribeiro Sanches (1699-1783)*. 2012. 121 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz.

³¹ *Idem*, p. 53.

com Ricardo C. de Freitas, foi período conturbado para o Colégio, pois vários alunos inconformados com a situação conservadora de seus professores entraram em conflito com os interesses da Universidade. Há indícios de que Ribeiro Sanches tenha participado desses debates, mas apesar das críticas ele conservou amizade com o Padre Manuel Baptista, professor de filosofia, cuja influência é notada posteriormente pelo próprio Sanches em suas obras.³² No ano seguinte, Sanches inicia estudos em medicina na Universidade de Salamanca. Formou-se em 1724.³³ Apesar da conclusão do curso, não pôde ser nomeado oficialmente como médico, reservado apenas aos cristãos-velhos. Após ser denunciado à Inquisição por Manuel Nunes Sanches, seu primo distante, decide partir para o estrangeiro no último quarto do ano de 1726.

Nos anos que se seguiram à sua partida de Portugal, em 1726, Sanches viajou e residiu por breve momento em Londres, Génova, Bordéus, Liorne e Leiden. Em Londres, Sanches “começou a forjar as extensas redes de relações pessoais e intelectuais das quais faria parte até o final da vida”³⁴ É a partir de Londres que o espírito cosmopolita de Sanches foi formado. Ainda em Londres, teve os primeiros contatos com outros exilados de Portugal, como Jacob de Sarmiento, o qual seria seu contato em Londres sobre produções científicas.³⁵

Após sua estadia na capital inglesa, Sanches parte para a Itália, que segundo Freitas, seria o período de maior impacto intelectual. Foi na Itália que seu interesse por economia e política ganham mais atenção, como se pode ver em sua biblioteca com obras de *Vero despotismo* de Gorani e *Economia Política* de Verri.³⁶ Outro importante contato se integra à rede em formação de Sanches: o deísta e newtoniano Alberto de Soria, quando da sua breve passagem pela Universidade de Pisa. Foi Soria quem mais influenciou Ribeiro Sanches a ter “dúvidas” sobre sua crença no judaísmo.

Além da Itália, Sanches residiu por algum tempo em Marselha e Toulon, na França. As cidades estavam então se recuperando da epidemia de peste. Foi nesse período que Ribeiro Sanches teve os primeiros contatos com os aforismos de Boerhaave, apresentados a ele pelo Dr. Bertrand, homem de bastante prestígio pelo seu desempenho no combate a peste.³⁷

³² *Idem.*

³³ *Idem.*

³⁴ *Ibidem*, p. 60.

³⁵ *Idem.*

³⁶ *Idem.*

³⁷ *Ibidem*, p. 61.

Sanches matriculou-se na Universidade de Leiden em 12 de Abril de 1730 e estudou com o célebre médico Hermann Boerhaave. Data desse período os primeiros contatos de Sanches com D. Luís da Cunha, diplomata português. Segundo Freitas,

O contato entre os intelectuais teria iniciado durante a visita de Cunha à Universidade de Leyden com objetivo de atender a um pedido do Cardeal Mota, um dos ministros da Corte portuguesa, para que o diplomata compusesse “um catálogo dos melhores autores que escreveram assim da filosofia como da medicina moderna, ajuntando-se os de que necessita para praticar o que eles ensinam.” O documento deveria atender a um primeiro esforço de reforma do ensino médico na Universidade de Coimbra e, após consultas aos professores da universidade holandesa, Cunha enviou para Lisboa dois catálogos de medicina e filosofia, com nomes de vários intelectuais que deveriam ser adotados em Coimbra, dentre eles, Sydenham, Newton e Boerhaave.³⁸

A relação de Sanches com D. Luís da Cunha foi de grande importância, pois é graças ao apoio e proteção do diplomata que o nosso autor teve condições de circular seus escritos em Portugal. Foi também D. Luís da Cunha quem conseguiu os documentos necessários para o exílio no estrangeiro, em 1731. O nobre é responsável por dar a Sanches as primeiras oportunidades em escrever sobre os “métodos de estudar”³⁹, assunto que posteriormente seria constante na obra de Ribeiro Sanches.

D. Luís da Cunha foi um dos primeiros homens de Portugal, a serviço Real, a expor claramente necessidades de reformas educacionais e uma redução significativa da Igreja sobre os assuntos do Estado real.⁴⁰ Porém, ao mesmo tempo, o diplomata visava em última instância a conservação do Estado absolutista. Para Joaquim Romero Magalhães⁴¹, D. Luís da Cunha não era apenas agente do governo português. Fora de suas ações diplomáticas, praticou ações que visavam o enriquecimento logístico ao arranjar mapas na tentativa de atualização geográfica dos domínios ultramarinos, pois isso é indispensável para a defesa e conservação do Estado luso. Segundo Magalhães, foi D. Luís da Cunha quem primeiro observou a necessidade de mudança da Corte portuguesa para o Brasil. Necessidade que pode ter duas finalidades: buscar a conservação do Estado ao afastá-los dos perigos de invasões e guerras; ou conservá-lo politicamente ao afastar-se dos grandes centros de pensamento. A única

³⁸ *Idem.*

³⁹ *Ibidem.* 378.

⁴⁰ FREITAS, Ricardo. *op. cit.*, p. 61.

⁴¹ Cf. MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.

certeza é a vontade de D. Luís da Cunha em manter Portugal como um Estado rico e explorador das riquezas brasileiras, escreve Magalhães:

A dificuldade em aumentar essa imensa riqueza consistia na falta de homens para as "novas empresas, e não convém despovoarmos Portugal para povoar o Brasil". Para o Brasil convinha que fossem colonos, mas para trabalhos agrícolas, não para as minas. Havia, em qualquer caso, que restringir a emigração. Também estrangeiros deveriam ser autorizados a ir para lá, embora devidamente vigiados e transportados "nas nossas frotas". A grande questão da cobrança dos quintos também merece ser apreciada nesta visão global do Reino e do império. O diplomata toma partido contra o pagamento do imposto pela capitação dos escravos que Alexandre de Gusmão gizara e impusera.⁴²

Destacando-se como aluno do Dr. Boerhaave, Sanches foi designado para preencher uma das três vagas oferecidas pela Corte Russa. D. Luís da Cunha, usou de sua influência para conseguir os documentos necessários para a saída de Sanches.

Em Moscou, foi nomeado "Médico da Cidade e do Senado de Moscou". Depois de três anos como instrutor de cirurgiões, parteiras e farmacêuticos foi transferido para Novo-Pavlov, onde passou a prestar serviços ao exército.

Na Rússia, segundo Freitas, foram feitos os primeiros "contatos com os membros da missão jesuítica portuguesa na China, com destaque a Polycarpo de Souza, André Pereira, e Domingos Pinheiro. Sanches obteve desses contatos "plantas orientais e conhecimentos de suas aplicações medicinais, além de livros de medicina e astronomia" e o inseriu nas relações em torno da Academia de Ciências de São Petersburgo, esta que se interessava na época em estabelecer contatos com os jesuítas de Pequim. Nesse interim, Sanches faz uso de sua rede de contatos ao oferecer a esses correspondentes jesuítas instrumentos científicos de seu contato na Inglaterra, Jacob de Castro Sarmiento.⁴³

Podemos notar que na Rússia sua rede contatos se amplia consideravelmente. Graças ao seu prestígio frente a corte de Anna Ivanovna, a rede de contatos de Ribeiro Sanches se fortalece. Nesse período, apesar da condição financeira delicada da Academia de Ciências de São Petersburgo, Sanches conseguiu aumentar os salários de Gerhard Friedrich Müller e Johann Georg Gmelin. Porém, esse prestígio de Sanches sofre abalos quando da morte da imperatriz. A instabilidade política que se instaurou fez com que Sanches fosse "envolvido num clima político tenso devido à sua fidelidade à imperatriz falecida."⁴⁴ Apesar desses

⁴² MAGALHÃES, Joaquim Romero. *op. cit.*, p. 658.

⁴³ *Ibidem*, p. 63.

⁴⁴ FREITAS. *op. cit.*, p. 61.

abalos, Sanches continuou a ser recomendado como médico dos nobres, rendendo-lhe, 1744, o cargo de Conselheiro de Estado.⁴⁵ A boa impressão deixada aos russos, fez com que Sanches mantivesse contato com vários nobres, mesmo após sua partida para a França.⁴⁶

Convalescendo, o médico pede demissão e muda-se para Berlim e, no fim do mesmo ano, instala-se na França, onde residiria até o ano de 1783, ano de sua morte. Em Paris, perdeu sua pensão e fora excluído do corpo docente da Academia Russa até o restabelecimento de sua pensão, em 1762, por Catarina II. As acusações foram de prática judaica em alguma sinagoga de Amsterdã. Foi nesse momento que Sanches, a pedido de então secretário do Estado, o Marquês de Pombal, redigiu o Método para o ensino de medicina em Portugal, *Método para se estudar medicina*. O primeiro esboço foi feito em torno de 1758. Logo após a publicação e o bom acolhimento de sua obra, foi estabelecida uma pensão anual por Lisboa, mesmo que de forma intermitente. É válido como reconhecimento primevo de seus escritos em Portugal. Foram trinta e seis anos residindo em Paris (1744-1783). Apesar do tempo e da longa residência, Sanches cultivou seus contatos e sua rede de saberes e influências foi se tornando cada vez mais sólida.

Não nos restam dúvidas de que independentemente do lugar de onde fala, Ribeiro Sanches era parte da grande rede de difusão de saberes que integraliza a Europa naquele período. Em Paris, temos a intensificação dessa rede quando Sanches se insere dentro do fecundo meio filosófico francês. Para além de questões médicas, Sanches tem interesses voltados mais intensamente para as áreas da educação, pedagogia, sociedade e política.⁴⁷ Ali, o letrado estabelece relações com Denis Diderot, Jean Le Rond d'Alembert, diretores da *Encyclopédie Raisonné des Sciénces, des Arts & Métiens*. Sanches publicou no XVIIº volume da enciclopédia sobre doenças venéreas, seus sintomas e causas.⁴⁸

Dessa feita, Sanches está integrado à rede dos intelectuais franceses. Em Portugal, na década de 1750, com a ascensão do consulado pombalino, com os contatos com Lisboa, Sanches passa a ser procurado para dar posicionamentos sobre as reformas de Pombal. É licito afirmar que sem a rede de contatos, Sanches provavelmente não teria sido tão

⁴⁵ *Idem*.

⁴⁶ Confirma-se essa hipótese quando encontramos nos escritos de Ribeiro Sanches uma carta, de caráter instrutivo, de 1766 (quase vinte anos após deixar a Rússia), a um nobre sobre a educação de seu filho, um jovem fidalgo. SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Plano de Educação da Fidalguia*. Covilhã-Portugal: Universidade de Beira Interior, 2003. Disponível em <http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches_obras/>. Acesso em: 12 set. 2010.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 65.

⁴⁸ *Idem*.

frequentemente consultado. Sabemos que somente após essa ascensão do consulado pombalino os contatos com os outros *estrangeirados* foram potencializados.⁴⁹

Data do período de sua residência em Paris as publicações de suas principais obras: *Cartas sobre a educação da Mocidade*, obra de maior importância a tratar de um ensinamento político geral e das reformas necessárias ao ensino em Portugal. Em sequência, em 1761, redige mais dois escritos, o *Método para se estudar medicina* e *Apontamentos para fundar-se uma Universidade Real na cidade do Reino que se achasse mais conveniente*.

Sanches morreu em 1783, em Paris. Suas obras são consideradas fundamentais para as políticas reformistas de Pombal, além de versarem sobre reformismos nas áreas médicas. Sua biografia o coloca como um homem que vivenciou a cultura europeia olhando sobre a pequena Portugal. A afirmativa: “ser útil aos outros” é o que resumiria de fato o “espírito das luzes” em Sanches. A utilidade passa a ser o diapasão dos letrados.

Para além dessas redes de difusão dentro da Europa, que vai da Rússia a Portugal, Ribeiro Sanches também trocou correspondências com outros pensadores alhures. O nosso autor também se interessava pelas questões entre Portugal e Brasil. Para discorrermos mais sobre esse tema seguirei os passos de Vera Regina Beltrão Marques⁵⁰, que traça as trocas de correspondências entre Ribeiro Sanches e José Henriques Ferreira e Manuel Joaquim Henriques Pereira, membros da Academia de Ciências de Lisboa.

Segundo Regina Marques, Ribeiro Sanches foi um dos principais inspiradores para a fundação dessa Academia, o que para a nossa discussão pode revelar que seus escritos não eram vãos. O interesse de Ribeiro Sanches no Brasil não estava na sua condição de ser colônia. Seu interesse versa sobre as riquezas naturais pouco e mal exploradas. Escreve Marques que “Ribeiro Sanches aludia a necessidade de explorar racionalmente a natureza do Brasil, destacando produtos capazes de gerar riquezas comerciais que, se explorados, reverteriam em muita utilidade, possibilitando ao Reino ‘entrar no gênio das nações’.”⁵¹ A fundação da Academia tem, portanto, o interesse na exploração das riquezas naturais do Brasil, com intuito de enriquecer Portugal. Ribeiro Sanches criticava as formas de gerência da colônia. A discussão sobre esses apontamentos está limitada pela ausência de fontes. Temos notícias através do texto de Marques de que há um texto de Ribeiro Sanches, de 1777, intitulado *Considerações sobre o governo do Brasil desde o seu estabelecimento até o presente tempo*, que traça tais críticas às formas de gerência do Reino para a colônia.

⁴⁹ *Idem*.

⁵⁰ MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Escola de homens de ciências: a Academia Científica do Rio de Janeiro, 1772-1779*. Educar, Curitiba, n. 25, p. 39-57, 2005. Editora UFPR.

⁵¹ *Ibidem*, p. 46

Assim, não é impossível afirmar que a biografia de Sanches é devedora de sua vida intelectual nas redes de contatos que criou em grande parte da Europa. Apresentada, dessa forma, as redes foram a influência intelectual e a condição de se manter fora de Portugal. A proteção de D. Luís Cunha, os réis recebidos de Portugal (como privilégio de suas obras sobre a educação), o caráter newtoniano e conservador de perceber o Estado e a sociedade, a primazia da “virtude” sobre a razão são os elementos, os fatores, que permitiram o engendramento do pensamento crítico de Ribeiro Sanches. Mas não somente, Ribeiro Sanches saiu de Portugal em um momento em que lá pululavam as querelas de paradigmas políticos.

Nos seiscentos e nas primeiras décadas dos setecentos, encontramos em Portugal modelos mentais específicos que configuravam os paradigmas políticos em disputa. Antônio Manuel Hespanha e Ângela Barreto Xavier⁵² tratam desses modelos mentais separando-os em moderno e tradicional: o primeiro tentava compreender a sociedade externamente, sem buscar uma lógica interna de seu funcionamento, uma lógica metafísica que condicionava o funcionamento social; o modelo tradicional era compreendido pela forma orgânica que a sociedade deveria se pautar, como um corpo organizado e articulado, hierarquizado e teor metafísico. Ribeiro Sanches encontrava-se em Portugal quando esses modelos imperavam. Não devemos então partir de um pressuposto de que o nosso autor estivesse a parte das questões políticas em voga.

Entre as concepções da sociedade pautadas nesses modelos tradicionais e modernos está o paradigma corporativo e o individualista. Segundo Xavier e Hespanha, o modelo corporativo encontrava suas raízes nas ideias políticas medievais, pois o mundo humano e físico eram explicados a partir de deduções metafísicas que transcendiam o caráter puramente humano das sociedades, pautava-se num *telos*, numa causa final.⁵³ Dessa forma, a sociedade era organizada funcionalmente, em que cada parte exercia uma função dependente das demais, o soberano não poderia (ao ser a cabeça da sociedade) concentrar todos os poderes, escrevem:

a função da cabeça não é, pois, a de destruir a autonomia de cada corpo social, mas a de, por um lado, representar externamente a unidade do corpo e, por outro, manter a harmonia entre todos os seus membros, atribuindo a cada um aquilo que lhe é próprio, garantindo a cada qual o seu estatuto; numa palavra, realizando a justiça.⁵⁴

⁵² XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. *A representação da Sociedade e do Poder*. In: MATTOSO, José. (dir.), HESPANHA, António Manuel (coord.). *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*, Lisboa, Estampa, 1992.

⁵³ XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. *op. cit.*, p. 121.

⁵⁴ *Ibidem*. p. 123.

Nessa perspectiva, podemos notar que esse paradigma não é contratualista, pois o pacto dentro do corpo social é estabelecido pela sua natureza, ou seja, por Deus. Assim, a forma de governo tem pouco valor nesse aspecto, desde que haja uma submissão condicionada pelo *telos* e que haja uma vontade divina. Dessa forma, sobressai da concepção corporativa o direito. Pois, este funda o pacto das sociedades.

O outro modelo, de concepção individualista, parte do pressuposto que o conhecimento das vontades divinas é impossível, um ceticismo comum aos homens da ilustração, dessa forma agem para que a organização da sociedade não recaia mais numa perspectiva metafísica, que tenhamos do mundo uma leitura racional de suas funcionalidades. Assim, essa perspectiva laiciza o poder do soberano, este agora não agirá mais pelos impulsos da divindade, mas sim pelas “vontades”: “pela vontade dos homens que, levados ou pelos perigos e insegurança da sociedade natural ou pelo desejo de maximizar a felicidade e o bem-estar, instituem, por um acordo de vontade, por um ‘pacto’, a sociedade civil”⁵⁵

É primordial atentarmos para essas duas correntes de pensamento políticos vigentes em Portugal nos idos dos setecentos, pois Ribeiro Sanches, mesmo que não tratando diretamente da política ou escrever sobre formas de governo, estava atento a essas questões. Não podemos deixar de negar que há uma confluência desses modelos mentais em Sanches e também novas perspectivas de sociedade como se verá no capítulo seguinte, torando-o um cosmopolita, sem dúvidas, mas com questões bastante particulares.

Devemos notar também que esses modelos, tanto um quanto o outro, limitavam o poder do soberano, um por submeter-se aos impulsos divinos e ao funcionamento das demais instituições, outro por ser pautada nas “vontades” dos homens. Desta feita, abre-se uma brecha de valor importante para sobressair as críticas de valor moral e político. Temos, portanto, uma subordinação ao bem comum. Assim, em Ribeiro Sanches, apesar de escrever alhures, exilado, sem condições para voltar, será primordial essa brecha. A crítica se construirá nela.

O corporativismo dava essa brecha de um ponto de vista moral e social, pois “proclamava o primado da ética sobre a conveniência e a utilidade” e ao promover uma “imagem rigorosamente hierarquizada, pois, numa sociedade naturalmente ordenada, a irreduzibilidade das funções sociais conduz à irreduzibilidade dos estatutos jurídico-

⁵⁵ *Ibidem.* p. 126.

institucionais”⁵⁶ Os elementos do corporativismo são os alicerces para pulularem as críticas de Ribeiro Sanches, de um ponto de vista moral, mas também será do ponto de vista social, a hierarquização necessária e almejada.

Para Sanches, a Monarquia Gótica “fundada e conservada na espada” não estava mais apta a ajustar-se com a realidade dos setecentos, isto é, com a realidade da visão ilustrada. Sanches lê na história que ao validar e fazer “suas leis do decreto, das decretais e clementinas”, a Monarquia Gótica – fundada nos princípios da conquista marítima – tornou-se Monarquia Religiosa, pois entregou as universidades ao governo de Roma (leia-se à Igreja) e à burocracia aos teólogos e canonistas.⁵⁷ Segundo Ana Cristina Araújo, Sanches ao reabilitar o “jus da majestade”, vincula-se teórica e metodologicamente ao “jusnaturalismo”.⁵⁸ Quando Sanches estabelece como fator elementar da sociedade civil “a harmonia entre a utilidade pública e particular” atribui consequentemente ao Estado o poder de conservar a propriedade individual e a liberdade interior de todos.⁵⁹

Sanches concebe o soberano como “alma da sociedade civil e primeiro sacerdote da religião natural”, que o leva a ter uma adesão ao modelo político do absolutismo esclarecido. Ora, é somente quando há uma transferência ao Estado do “controle” religioso, respaldado na ideia do soberano como primeiro sacerdote, isto é, primeiro homem responsável pelo credo, é que se percebe que há de fato uma mudança hierárquica no poder. O próprio Sanches esclarece que “os bons ou maus costumes de uma nação, a sua ciência e valor *dependem* das leis da monarquia, do trato e do emprego dos grandes e da corte que os domina”⁶⁰ (grifo nosso). A Lei é nesse sentido detentora da moral e da política. Assim, percebemos que Sanches compartilha do modelo individualista, pois não há negação de Deus, mas há uma vontade de sobrepor o racional para organizar a sociedade e seus fins.

Ao final de uma carta enviada como resposta a Joaquim Pedro de Abreu, escrita em 26 de Março de 1760, quando Ribeiro Sanches já se encontrava em Paris, podemos perceber um breve *insight* das ponderações do lusitano sobre o quadro geral das ciências (que é também um quadro geral político e social) em Portugal. Apreendemos também sobre a necessidade de um “novo” método para se aprender as ciências e para a sua conservação: conservar as ciências e o próprio Estado. A carta trata de suas argumentações acerca da necessidade de se ter em Portugal um ensino voltado para as ciências, a importância desse apontamento para

⁵⁶ *Ibidem*, p. 130.

⁵⁷ ARAÚJO, Ana Cristina. *op. cit.*, p. 391.

⁵⁸ *Idem*.

⁵⁹ *Idem*.

⁶⁰ SANCHES *apud* ARAUJO, Ana Cristina. *op. cit.*, 391.

que o então “Reino cadaveroso” encontre seu lugar junto à história universal europeia. Sanches falará da necessidade de se aprender as línguas estrangeiras, do estado das ciências médicas e, por fim, da reformulação necessária na educação para que deixe de ser uma educação baseada na empiria. Escreve:

Como nas aulas da Fortificação e na da Architectura não ensinam o Pedreiro nem o Bombardeiro estas ciências, e somente os Architectos e os Engenheiros têm esse cargo, daqui vem que se deviam examinar todas as artes e ciências que hoje se aprendem pela simples experiência, e aquelas que se ensinam por regras e por método tão científico, como requer a sua inteligência, perfeição e utilidade pública, para obrigar aos Mestres ensiná-lo; o que se estende não somente da Medicina, mas ainda de todas as ciências humanas que se ensinam ou devem ensinar na Universidade.⁶¹

Temos nessa passagem as pretensões pedagógicas de Ribeiro Sanches ancoradas nas questões da Ilustração. Há uma separação entre as pessoas designadas aos aprendizados somente das técnicas e às ciências da técnica. Nestas é que estão sobrepujadas as mudanças necessárias. Sobre a expressão “utilidade pública”, sua significação já se aproxima ao termo corrente, ou seja, como uma utilidade ao bem de todos. Temos, assim, algo característico da Ilustração, que é a universalização d’alguma particularidade ao público. É também no qual podemos apreender o quadro geral do pensamento europeu em voga nos grandes centros – França, Inglaterra, Alemanha e Rússia. Sanches repele, como se lê nas entrelinhas, o homem puramente empírico: aquele que domina a prática, mas não a ciência sobre. Declara-se preocupado com a dificuldade que o Estado Português poderá enfrentar se conservar sua educação puramente técnica, “como os professores poderão ensinar se não sabem como ensinar?”. Tem-se uma clara necessidade de reformar as características da forma de ensinar e não apenas o que se ensina. Dessa forma, acarreta-lhe a pretensão de estabelecer em seus escritos uma associação entre este homem experimentado e o homem científico. Tal qual se pode ler a seguir a crítica ao homem empírico, prático por excelência:

Eu confesso que temos Médicos Práticos tão capazes que não devemos ter inveja aos estrangeiros. Mas duvido que estes mesmos já no exercício da sua arte, por quinze ou vinte anos, sejam capazes de ensinar a Medicina publicamente.⁶²

É possível atinar sobre o que se quer compreender como profissão “prática” na visão de Sanches: é o método puramente empírico da utilização da medicina que ao cabo viria a ser

⁶¹ SANCHES, Antônio Ribeiro. *Carta a Joaquim Pedro de Abreu*. Covilhã-Portugal: Universidade de Beira Interior, 2003, p. 5 Disponível em <http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches_obras/>. Acesso em: 12 set. 2010.

⁶² SANCHES. Antônio Ribeiro. *op. cit.*, p. 1.

conhecimento esclarecido no *hábito*, no costume e na continuidade. Sanches teme por esse hábito, essa constância empírica, que implica diretamente no ensino e na conservação das práticas médicas. Como conhecimento puramente prático, acaba por tornar-se ingênuo e alheio à novidade. Como procederá então sem uma reflexão sobre a própria técnica? Sanches descreve que os saberes médicos portugueses ainda estão muito ligados à tradição grega, sem desdenhá-lo, mas se expressa amargurado em seus escritos que há um saber mais instruído para além desses ensinados em Portugal. A intenção de Ribeiro Sanches é, antes de qualquer coisa, de “atualização”, faz-se hora de desestagnar a península, para que entre no curso da história europeia, a história universal.

Ribeiro Sanches se coloca como um homem europeu, quando há em suas pretensões o enriquecimento da ciência portuguesa, um anseio de colocar Portugal em pé de igualdade com as nações europeias ilustradas.

Encontramos em Sanches a tentativa de racionalizar a ordem social portuguesa ao colocar cada instituição em seus lugares específicos, hierarquizando a sociedade a partir do Estado e não mais da Igreja. Além disso, é notório também que a perspectiva de Koselleck abrange uma parcela dos ilustrados franceses (uma Ilustração radical) e alemães. Estes, segundo Koselleck, buscaram disseminar através da literatura suas querelas pessoais, assim exerciam sua cidadania, expondo o foro interior ao público. Sanches, por sua vez, fez apontamentos, tentando considerar questões que precisavam de rápido reajuste, como a educação e a questão dos judeus.

Sanches, como dissemos, priorizava um reajuste rápido das ciências em Portugal, era atento às questões da educação, pois, conhecera a Europa e percebera que nas demais regiões o ensino e a razão eram prioridades numa corrida ainda obscurecida, escreve:

Mas tudo o que venho a relatar seria inútil nestes Professores de Medicina, de Anatomia, de Matéria Médica, e de Química se ignorassem:

1. A Física Experimental, e a língua em que se aprende, e está escrita.
2. As línguas Inglesa e a Francesa.
3. O Método de ensinar a Medicina explicando os Autores, e ensinando a prática de cada parte dela.⁶³

Está claro sua atenção dada à França e à Inglaterra e ao conhecimento ali produzido. A atenção dada aos estudos das línguas estrangeiras – francês e inglês – pode demonstrar a força tanto a força da filosofia francesa expressada no método de ensinar quanto a ciência inglesa através do método experimental newtoniano. Todos esses apontamentos levam-nos a crer na tentativa de integralização de Portugal com a Europa.

⁶³ SANCHES, Antônio Ribeiro. *op. cit.*, p. 5.

O que se nota em Ribeiro Sanches é a vontade de inserção de Portugal no caminho do progresso, inseri-lo através da correção dos desvios:

o maior serviço que posso fazer às ciências, e à minha pátria, é capacitar a quem as quiser aprender, *mostrar-lhe o que sabem e o que lhes falta; e tirar-lhes as erradas ideias que já sabem e que não necessitam aprender*: (...) A maior, e a principal virtude na Filosofia Moral é arrancar do ânimo os vícios porque sufocam o lume da recta razão: E tudo o que se pretende pela boa Lógica e ciência do Método é dissipar do juízo as opiniões erróneas, nascidas do costume e da educação⁶⁴ (grifo do autor).

Os vícios a que se refere Sanches dizem respeito a superstição religiosa o que já denota uma oposição ao tratamento feito a Igreja em Portugal, tanto pelo Estado quanto pelos súditos. Para Sanches, os vícios são o “fator de ruína dos costumes e das virtudes morais dos povos”⁶⁵ Sanches poderia aparentar um tipo distinto do homem ilustrado francês, mais moderado, mas o que vemos é que estava bastante atento às particularidades de sua pátria para não querer derramar sobre ela o sangue dos mosquetes para a derrubada do Estado, mas não se eximia de críticas ao clero português. Este é o bode-expiatório do atraso lusitano. Ao pretender “dissipar do juízo opiniões erróneas, nascidas do costume e da educação”, Sanches aponta indireta e discretamente a Igreja como culpada do atraso e da estagnação, pois era ela quem estava nas cátedras das universidades a ensinar e mais ainda era ela o principal agente da educação civil português, nos setecentos. É aqui que vemos Sanches fazer uma crítica moral bem contundente quando afirma que há um certo e um errado, isto é, há um julgamento possível de ser aplicado sobre o que se deve aprender e o que não há necessidade de ser aprendido. Deliberadamente firma sua justificativa na reta razão, através da lógica e do método, claramente legados do newtonianismo.

Sanches escrevendo a Joaquim Pedro de Abreu relata que “sem saber Geometria, Trigonometria, Álgebra e as Secções Cónicas que nem os Mestres a podem ensinar, nem os discípulos bem aprender.”⁶⁶ Sanches sempre reitera a necessidade do conhecimento científico. Num segundo ponto, Sanches esclarece o valor de saber línguas estrangeiras:

No que toca às línguas, dirá V. M. que é o amor dos Estrangeiros que ganhei por trinta e cinco anos que trato com eles: Eu bem sei que a língua grega é necessária a um Médico, e indispensável a um Anatómico e a um Botânico: Mas afirmo a V. M. sem paixão que passará por ignorante um Professor de Medicina, em toda a Europa sem saber Francês, e Inglês, ainda que saiba tudo o que está escrito em Latim e na língua Grega. Dirá V. M. que lá se podem aprender à força de Gramáticas, e de Dicionários; é verdade; mas muito mal; e tão fracamente que jamais possam

⁶⁴ *Idem.* p. 5.

⁶⁵ ARAUJO, Ana Cristina. *op. cit.*, p. 385

⁶⁶ SANCHES, Antônio Ribeiro. *op. cit.*, p. 13

entender um Autor; porque é certo que sem falar, e saber escrever uma língua, ainda que com milhares de faltas e erros, jamais se entende bem. Mas acordo já que aprendam na pátria estas línguas, de que modo virão no Conhecimento, e na eleição dos bons Autores que tratam da Medicina, escritos nelas? Quem será o que os avisará do seu uso e da crítica que merecem, ou da aprovação que adquirirão?⁶⁷

Aprender a língua estrangeira abre a possibilidade de conhecer novos temas, novas abordagens e novas perspectivas. Apesar de não negar a importância das línguas clássicas, nosso autor prioriza o aprendizado das línguas estrangeiras correntes. O que podemos inferir disso são a forma de perceber o tempo, a forma de perceber a realidade histórica, pois como se lê não há uma negação do passado por completo, mas ele não é por si suficiente como corpo tipológico de experiência. Para o aprendizado e execução de uma ciência é preciso saber o que se escreve e o que se produz alhures. Fica claro aqui o primeiro exposto contra a tradição hermética, donde a ciência era praticada de forma fechada e para si. Sanches é taxativo quando argumenta sobre as línguas estrangeiras. Ora, para ele, o Rei deveria financiar estudos de novas línguas no estrangeiro. O conhecimento está sempre em metamorfose e é essa mudança interna que gerará novos conhecimentos, novos padrões e novas formas de aprender e saber. É essa crítica e essa exaltação do novo que encontramos em Sanches e que podemos dizer que é também uma crítica moral. Dessa forma, vemos que o “Reino Cadaveroso” se insere na tradição e na conservação de sua ciência e Sanches escreve avidamente para que o novo e a crítica sejam disseminados.

CONCLUSÃO

Com o surgimento da opinião pública, abriu-se a brecha necessária para que os *estrangeirados* fizessem suas críticas a Portugal por sua estagnação e atraso em termos sociais e no campo do saber. Sanches, exilado, estabeleceu uma vasta rede de contatos – com botânicos portugueses em terras coloniais, na Europa e também até chegar a Pequim, com os jesuítas em missão –, fundamentais para a divulgação dos seus conhecimentos, de suas experiências, de seus apontamentos para reformas necessárias na península.

Ao longo de nossa análise procuramos demonstrar como Sanches flutua entre crítica moral e a censura crítica, quando, como se viu, destoa dos franceses que minaram o Estado e, ao mesmo tempo, se aproxima deles ao julgar sobre o correto e o incorreto do aprender. O autor traz à tona a questão do estrangeiramento da língua, promovendo o francês e inglês.

⁶⁷ *Idem.* p. 3.

Sanches está inserido dentro da vasta camada de ilustrados que foram tão contraditórios, mas que não excluía o uso da razão e o princípio da crítica, através dos vários apontamentos. Ao fim e ao cabo a “virtude social” sobressai sobre a racionalização pura. É no desejo de aprender a língua estrangeira, é na vontade de se formar súditos e nobres mais esclarecidos que se desprenderá da estagnação e do atraso. Mas não deixemos de notar que todos esses apontamentos visavam a libertação dos súditos e do Estado português de certas tradições. Sanches, poderíamos afirmar, que inconscientemente ou não, em seus apontamentos abre as portas para uma possível crise que se instauraria em Portugal, gerando o fim do Estado. Pois, é evidente no próprio Sanches que o esclarecimento leva conseqüentemente a crítica, ao julgamento. A razão, como vimos, fora do poder do Estado é uma arma contra ele próprio. Ribeiro Sanches indiretamente prepara o súdito para o esclarecimento e a crítica.

Porém, não necessariamente o esclarecimento e o aperfeiçoamento levaram os súditos a se verem como portadores de uma censura moral e política. A crítica não levou conseqüentemente a crise. Sanches é partidário de uma política absolutista despótica. Vê o soberano como sumo representante da Lei e primeiro Sacerdote da religião. O nosso autor quer conservar o Estado, a hierarquização social, os poderes do Rei, sem perder de vista o esclarecimento da fidalguia e dos súditos. Entretanto, a finalidade não é dizimar o Estado, é simplesmente melhorar as condições de vida dos súditos. Seu intuito é melhorar as condições de vida dos súditos e da fidalguia. O esclarecimento não é o fim, mas o meio para ascensão das virtudes sociais.

...Em Outubro de 1783, falecia em Paris Antônio Nunes Ribeiro Sanches, dois meses depois, em Berlim, Friedrich Zöllner indagava-se sobre o esclarecimento e as transformações sociais acarretadas pelo movimento do Iluminismo naquela cidade. Mesmos distantes e sem nunca terem se conhecido, são parte de um mesmo processo, em que a crítica, respaldada em uma opinião pública cada vez mais alargada, transformou a vida social e a política da Europa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Jean Luiz Neves. *Nos domínios do corpo: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII*. 1. Ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2011. v. 1. 220p

ARAÚJO, Ana Cristina (Org.) *O marquês de Pombal e a universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000.

CARNEIRO, Ana; DIOGO, Maria Paula; SIMÕES, Ana. *Imagens de Portugal Setecentista: Textos de Estrangeirados e viajantes*. Penélope. 2000.

HIMMELFARB, Gertrude. *Os caminhos para a modernidade: os iluminismos britânico, francês e americano*. São Paulo: É Realizações, 2011.

KANT, Immanuel. *O que é esclarecimento?* [online] Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/031/31tc_kant.htm> Acesso em 15 de maio de 2011.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise*. Rio de Janeiro: UERJ/Contraponto, 1999.

LISBOA, João Luís. Papéis de larga circulação no século XVIII. *Revista de História das ideias*. Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v. 20. p. 131-147, 1999.

SANCHES, António Nunes Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade* [1760]. Coimbra: Imprensa Universitária, 1922.

SANCHES, António Nunes Ribeiro. *Carta a Joaquim Pedro de Abreu*. Covilhã-Portugal: Universidade de Beira Interior, 2003. Disponível em <http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rs_obra.html>. Acesso em: 12 Dezembro. 2011.

_____. *Apontamentos para fundar-se uma Universidade Real na cidade do Reino que se achasse mais conveniente*. 2003. Covilhã-Portugal: Universidade de Beira Interior, 2003. Disponível em <http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rs_obra.html>. Acesso em: 12 set. 2010.